



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO**

LEGISLATURA

Assunto: Relatório de Actividades da Comissão do Plano e Orçamento referente ao ano de 2021

Maputo, Março de 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2021, segundo ano da IX Legislatura, a Comissão do Plano e Orçamento (CPO), no cumprimento das acções inscritas no seu Plano de Actividades, realizou 15 Sessões Plenárias, tendo aprovado 5 pareceres.

Na fase de apreciação dos instrumentos que culminaram na aprovação dos pareceres anteriormente mencionados a CPO recebeu, em audições, o Governo, representado pelo Ministro da Economia e Finanças e quadros do respectivo Ministério, aquando da apreciação da Conta Geral do Estado referente aos exercícios económicos de 2019 e 2020, da Proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2022 e da Proposta de Lei que define as Regras e Critérios para Fixação da Remuneração de Funcionários e Agentes do Estado e Demais Servidores Públicos.

Participaram, ainda, nas referidas audições membros das Organizações da Sociedade Civil, nomeadamente o Fórum de Monitoria do Orçamento e o Centro de Integridade Pública, incluindo representantes das seguintes entidades: Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Associação Moçambicana dos Magistrados do Ministério Público (AMMMP), Associação Moçambicana de Juízes, Sindicato Nacional da Função Pública (SINAFP), Sindicato Nacional dos Professores de Moçambique (ONP/SNPM), Ordem dos Enfermeiros de Moçambique (OEMo), Ordem dos Engenheiros de Moçambique (OEM) e Ordem dos Advogados de Moçambique.

No concernente às visitas efectuadas, no contexto interno, a CPO realizou visitas de trabalho às Províncias do País, com excepção das províncias da zona sul.

A nível externo participou na reunião do Conselho Directivo da SADCOPAC, que decorreu em Lilongwe, República de Malawi, onde Moçambique assumiu a pasta de Vice – Tesoureiro do órgão.

Para além destas actividades, a CPO participou em seminários e *workshops* co-organizados e financiados pelos parceiros, mormente IMD, UNICEF, FDC e Nweti.

As actividades anteriormente descritas constam de sínteses e relatórios, que se encontram no Secretariado da CPO para consulta.

A CPO considera o ano em análise produtivo, porquanto a maior parte das acções inscritas no seu Programa de Actividades de 2021 foram executadas.

I. INTRODUÇÃO

O documento apresenta as actividades realizadas pela Comissão do Plano e Orçamento no âmbito das atribuições consagradas no Regimento da Assembleia da República.

O relatório apresenta a seguinte estrutura, organizada em seis capítulos:

- **Introdução:** apresenta a estrutura do documento;
- **Actividades realizadas ao nível interno e externo:** este capítulo faz menção a pareceres, resoluções e relatórios de análise na especialidade preparados ao nível da CPO; a participação da CPO em seminários e workshops; e as visitas realizadas às províncias do país e participação na reunião da SADCOPAC;
- **Orçamento:** especifica as dotações orçamentais atribuídas à CPO e à SADCOPAC bem como as despesas efectuadas;
- **Assiduidade:** refere a participação dos membros nas actividades bem como os aspectos disciplinares;
- **Constrangimentos:** neste capítulo são arrolados os aspectos que terão tido um reflexo negativo na prossecução cabal das tarefas; e
- **Conclusão:** inclui os aspectos conclusivos e recomendações que se julgam necessários com vista a uma efectiva actuação do órgão.

II. ACTIVIDADES REALIZADAS AO NÍVEL INTERNO

A CPO, durante o período em análise, realizou 15 sessões, encontrando-se as respectivas sínteses no Secretariado da CPO. Dessas sessões importa destacar o seguinte:

2.1. Pareceres, Resoluções e Relatórios

Em cumprimento do Despacho de Sua Excelência Presidente da Assembleia da República, a CPO elaborou e aprovou os seguintes documentos:

2.1.1. Pareceres

- Parecer nº 01/2021, de 16 de Março, relativo à Conta Geral do Estado referente ao exercício económico de 2019;

- Parecer nº 02/2021, de 26 de Outubro, sobre o Balanço do Plano Económico e Social e Relatório de Execução do Orçamento do Estado referente ao exercício económico de 2020;
- Parecer nº 02/2021, de 29 de Outubro, relativo à Conta Geral do Estado referente ao exercício económico de 2020;
- Parecer nº 03/2021, de 18 de Novembro, relativo à Proposta de Lei que define as Regras e Critérios para Fixação da Remuneração de Funcionários e Agentes do Estado e Demais Servidores Públicos;
- Parecer nº 04/2021, de 18 de Novembro, relativo à Proposta de Lei do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2022;

2.1.2. Projectos de Resolução

- Resolução que aprova a Conta Geral do Estado de 2019;
- Resolução que aprova a Conta Geral do Estado de 2020.

2.1.3. Relatórios na Especialidade

Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que aprova o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2022.

2.2 Seminários e Audiências

2.2.1. Seminários

- Seminário de capacitação dos Deputados, membros da Comissão do Plano e Orçamento, em matérias da indústria extractiva, mormente dinâmicas actuais do sector de petróleo e gás e suas implicações para a economia moçambicana: perspectivas e propostas de política.

Decorreu de 07 à 09 de Maio do ano em curso, no Distrito de Bilene, Província de Gaza, , com o financiamento do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) e tinha como objectivos: o papel do parlamento na fiscalização da celebração e execução dos contratos e licenças do sector da Indústria Extractiva; fiscalização parlamentar dos projectos de grande escala *versus* pequena escala e artesanal; fiscalização parlamentar da gestão das receitas da Indústria Extractiva no actual ciclo de gestão das finanças públicas em moçambique; experiências internacionais e melhores práticas para o Parlamento de Moçambique;

- Seminário de capacitação dos Deputados, membros da Comissão do Plano e Orçamento, em matérias da competência da CPO, concretamente Balanço do Plano Económico e Social

e Relatórios de Execução do Orçamento e Conta Geral do Estado, no distrito de Bilene, Província de Gaza, de 15 a 17 de Outubro de 2021, com o financiamento do IMD.

- Seminário de capacitação de Deputados da 2ª e 3ª Comissões na análise de indicadores sociais para a monitoria e desenvolvimento, com maior enfoque para as áreas de educação, protecção social, saúde e nutrição, na província de Maputo, em parceria com o FDC/UNICEF.
- *Workshop* Para Discussão e Análise do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2022 com enfoque nos sectores da Educação, Saúde, Nutrição e protecção da criança, que contou com a participação de Deputados Membros da CPO e da Comissão dos Assuntos Sociais Género e Tecnologia, na Província de Maputo, no dia 13 de Novembro de 2021, em parceria com o FDC/UNICEF/FMO.

2.2.2 Audiências

2.2.2.1 Encontro de tralho entre a direcção da CPO e os Representantes da UNICEF

O Presidente da CPO recebeu em audiência os Senhores Maki Kato, Paulina Mulhovo e Hélder Machango, com o objectivo de passar em revista as acções de capacitação dos membros da CPO em matérias da sua competência. Tendo sido comunicado que a FDC é que faria a gestão dos recursos financeiros do projecto da UNICEF.

Foram apresentados os Senhores Félix Mambo e Rogério Júnior que passavam a integrar o Secretariado da CPO, para o apoio técnico na análise das propostas do plano económico e social e orçamento do Estado, Conta Geral do Estado e outras matérias da competência da Comissão, bem como na transparência orçamental e gestão de conteúdos da página *web* da CPO, por período de um ano.

2.3 Visitas de Trabalho

2.3.1 Visitas de trabalho ao nível interno

2.3.1.1 Visitas às Províncias

A CPO efectuou visitas de trabalho às províncias com a duração de 21 dias, no período de 30 de Agosto a 18 de Setembro 2021 (Centro) e de 28 de Agosto a 18 de Setembro de 2021 (Norte), conforme discriminado abaixo:

2.3.2.1 Distritos visitados

Zona Centro

- Província da Zambézia: (30 de Agosto a 03 Setembro) - Cidade de Quelimane; Distritos de Maganja da Costa e Namacurra;
- Província de Sofala: (03 a 08 Setembro de 2021) - Cidade da Beira e Distrito de Caia;
- Província de Manica: (08 a 10 Setembro de 2021) - Cidade de Chimoio;
- Província de Tete: (13 a 18 Setembro de 2021) - Cidade de Tete; Distrito de Moatize e Marara.

Zona Norte

- Província de Niassa: (28 de Agosto à 04 de Setembro de 2021) - Cidade de Lichinga; Distritos de Majune e Mandimba.
- Província de Nampula: (05 à 11 de Setembro de 2021) - Cidade de Nampula; Distritos de Mossuril e Ilha de Moçambique.
- Província de Cabo Delgado: (11 à 18 de Setembro de 2021) - Cidade de Pemba; Distritos de Metuge e Chiúre.

2.3.2.2 Objectivos das visitas

As visitas de trabalho às Províncias tinham como objectivos, dentre outros, os seguintes:

- Conhecer o nível do cumprimento do Plano Económico e Social (PES), bem como da execução do Orçamento do Estado (OE) relativo ao I Semestre de 2021;
- Acompanhar o grau do funcionamento dos órgãos de governação descentralizada Provincial;
- Verificar o grau de funcionamento do Conselho de Representação do Estado na Província;
- Efectuar a monitoria e avaliação do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado de 2021;
- Recolher as Propostas do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2022.

A CPO verificou que a implementação do PES e a execução do OE pelas Províncias em 2020 e no primeiro semestre de 2021, foi influenciada pela Pandemia da COVID-19, cujos impactos, contam-se dentre outros (i) a contracção da actividade económica; (ii) o baixo fluxo de entradas e saídas de mercadorias; (iii) a cessação de actividades de algumas empresas de diversos ramos e consequente impossibilidade de cumprirem com as obrigações fiscais, bem como a perda de emprego de trabalhadores; (iv) o abrandamento da produção mineira.

No âmbito social regista-se a redução do rendimento das famílias e conseqüente aumento da sua vulnerabilidade, bem como a restrição de acesso aos serviços sociais básicos, com destaque para os de saúde e de educação devido a imposição das medidas de confinamento.

A estes factos juntam-se a instabilidade política e militar resultante da acção de terroristas nalguns Distritos de Cabo Delgado e da autoproclamada Junta militar da Renamo nalguns Distritos de Sofala e Manica, afectando diversas escolas situadas nas zonas de risco que ficaram parcial ou totalmente paralisadas, unidades sanitárias vandalizadas e destruição de diversas infra-estruturas económicas e sociais públicas e privadas, bem como dificultando a livre circulação de pessoas e bens.

Apesar destes constrangimentos, a CPO verificou que os principais indicadores macroeconómicos das províncias visitadas evoluíram.

2.3.3 Visitas ao exterior

2.3.3.1 Participação da CPO na Reunião da SADCOPAC

A Delegação da Comissão do Plano e Orçamento participou, de 1 a 5 de Novembro de 2021, em Lilongwe, Malawi, na Sessão Extraordinária do Conselho Directivo e 17ª Assembleia-Geral Anual da Organização das Comissões de Contas Públicas dos Parlamentos da África Austral (SADCOPAC).

A SADCOPAC é uma organização das Comissões de Contas Públicas¹ dos Parlamentos da SADC, que foi estabelecida no ano de 2003 sob auspícios da SADC, com o objectivo de promover a boa gestão das finanças e contas públicas, transparência financeira e orçamental, através da capacitação dos seus membros, troca de experiências e boas práticas, revisão de pares entre instituições congéneres que lidam nos respectivos parlamentos com matérias ligadas a contas públicas, supervisão e fiscalização governamental.

De notar que os eventos programados pela organização para o ano de 2020 não foram realizados por conta da Pandemia da COVID-19. Assim, a República do Malawi propôs-se acolher em 2021, o evento em apreço, por forma a assegurar a efectividade das acções previstas no plano de actividades, objectivos e visão desta organização regional.

Em suma, os destaques do evento foram:

- Estágio do processo de colaboração entre a SADCOPAC e a AFROPAC, assim como entre a SADCOPAC e a SADC-FP;

¹ Para o caso moçambicano é a Comissão do Plano e Orçamento.

- Actualização dos preparativos da 14ª Conferência Anual e 18ª Assembleia Geral, a ter lugar em Setembro de 2022, em Botswana;
- Assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) entre a SADCOPAC e a SADC-PF, cuja cerimónia foi adiada devido à pandemia da COVID-19;
- Eleição de novos Órgãos de Direcção da SADCOPAC que não foi possível em 2020 devido a pandemia da COVID-19, com destaque para a eleição de Moçambique como Vice-Tesoureiro da organização. Assim distribuídos: Presidência da SADCOPAC (Zâmbia); e Vice-presidência (Tanzânia); Secretário-Geral (Botswana); e Vice-Secretário-Geral (Zimbabwe); e Tesoureiro (Malawi); e Vice – Tesoureiro (Moçambique).

3. ORÇAMENTO

A dotação orçamental atribuída à CPO para 2021 foi de 7.177.500,00 Meticais e para o Grupo Nacional (SADCOPAC) de 1.000.000,00Mt. Refira-se que estes montantes foram gastos, conforme ilustram os mapas de execução abaixo.

De referir que as dotações orçamentais para o funcionamento e para o grupo Nacional da SADCOPAC não têm sido suficientes para cobrir todas as acções programadas pela CPO.

3.1. Execução Orçamental - CPO

N.	Descrição	Gasto	Saldo
	Saldo Inicial		7 177 500.00
1	Senha de Presença (SOAR)	67 400.00	7 110 100.00
2	Pagamento 30% Ajudas de Custo- USA	170 856.00	6 939 244.00
3	Despesas Bancarias (USA)	1 281.42	6 937 962.58
4	Ajudas de Custo 30%- Tete (IMD)	37 800.00	6 900 162.58
5	Ajudas de Custo (Visitas Províncias)	3 528 000.00	3 372 162.58
6	Aluguer Viaturas (Visita Províncias)	3 386 974.05	-14 811.47
7	Pagamento de Deslocação	40 800.00	-55 611.47
8	Subsídio Terrestre	4 944.00	-60 555.47
9	Senha de Presença (SOAR)	205 800.00	-266 355.47
		7 443 855.47	(266 355.47)

Fonte: Divisão de Finanças (Balancete da CPO 2021).

3.2 Orçamento do Grupo Nacional da SADCOPAC

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SADCOPAC			(MT)
	DESCRICAO	DESPESA	SALDO
		Gasto	
	VALOR INICIAL		1,000,000.00
1	Passagens aéreas p/ Malawi	692,722.00	307 278.00
2	Ajudas de Custos p/ Malawi	841,251.35	-533 973.35
3	Despesas bancarias	5,357.59	-539 330.94
4	Outras despesas	38,676.00	-578 006.94
SOMA DO GASTO		1,578,006.94	
SALDO			(578,006.94)

Fonte: Divisão de Finanças - Mapa de Execução Orçamental da SADCOPAC 2021

4. ASSIDUIDADE

A participação dos membros da Comissão foi positiva.

5. CONSTRANGIMENTOS

Como constrangimentos, aponta-se:

- Insuficiência de recursos financeiros para a realização, em pleno, das acções programadas;
- A COVID-19 impossibilitou a realização de diversas actividades programadas, com particular realce para as visitas de trabalho às diversas instituições públicas e privadas, bem como as de troca de experiências com as comissões congéneres.

6. CONCLUSÃO

Considera-se positivo o trabalho realizado pela Comissão do Plano e Orçamento durante o ano de 2021, tendo em conta que todas as matérias a sí remetidas mereceram o devido tratamento, com a observância dos prazos preconizados na legislação bem como as actividades programadas. O maior destaque para a aprovação da Conta Geral do Estado, num prazo reduzido, bem como da Proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, após a revisão da Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

Maputo, Março de 2022